



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Usina Termelétrica Carioba II", de responsabilidade de Intergen do Brasil Ltda., realizada em 19 de Setembro de 2001, na cidade de Americana.

Realizou-se no dia 19 de setembro de 2001, às 19:00 horas, no Ginásio Municipal de Esportes Prof. Roberto Polati, na Avenida Afonso Arinos, s/nº, Bairro Antônio Zanata, na cidade de Americana, a 4ª Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento "Usina Termelétrica Carioba II", de responsabilidade de Intergen do Brasil Ltda. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, anunciou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava as boas-vindas a todos os que haviam comparecido e que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a Chefe da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais, Roselice Duarte de Medeiros, e o representante do Consema, Conselheiro Carlos A. Bocuhy, que desistiu de sentar-se à mesa. Declarou, em seguida, que a audiência era um evento público cujo objetivo era o de as pessoas se congregarem para democraticamente ouvirem-se umas as outras, sentido este contido na própria palavra "audiência" (do latim *audire* = ouvir); que as pessoas se reuniam com o desejo de permitir que cada uma pudesse exprimir sua opinião, pudesse dar a sua contribuição, com vistas, esperava, à melhoria do projeto; que a audiência não era um comício, como já afirmara por ocasião da audiência realizada em Piracicaba, pois, num comício, apenas um partido se manifestava, enquanto que numa audiência pública todos os segmentos sociais, todos os interessados podiam manifestar-se; que qualquer pessoa que desejasse, desde que estivesse regularmente inscrita, tinha assegurado o direito da palavra; que a audiência também não era um plebiscito, em que apenas o sim ou não eram possíveis; que, era óbvio, nela cabia o contraditório, ou seja, havia lugar tanto para aqueles que se posicionavam de modo favorável, e aplaudiriam o projeto, como para aqueles que seriam contrários e, eventualmente, criticariam o projeto, mas, como já dissera anteriormente, esperava que todos fossem capazes de ouvir-se uns aos outros, democraticamente, porque a democracia impunha às pessoas, como princípio primeiro, a capacidade de se respeitarem umas às outras, com vistas ao bem comum. Portanto, pedia a todos que exercessem sua capacidade de ouvir e, desse modo, contribuísse para que a audiência se desenvolvesse da melhor forma possível. Em seguida, depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a condução de audiências públicas, convidou para fazer uso da palavra o representante do empreendedor, o Diretor de Geração da CPFL, Miguel Saad, que teceu, entre outras, as seguintes observações: que a cidade de Americana possuía 67 mil habitantes e que, antes do racionamento de energia imposto pelo Governo Federal, consumia 121 mil mw/h/mês; que, com o problema de escassez de energia, a CPFL foi obrigada a adotar medidas de racionamento, gerando impactos em todos os consumidores, inclusive nas empresas, que foram obrigadas a reduzir sua força de trabalho e diminuir seus investimentos; que se estimava que dobraria a demanda de energia elétrica na região nos próximos cinco anos, motivo por que a instalação da Usina Termelétrica Carioba II era uma alternativa para tornar disponível energia confiável para toda a região; que o consumo do Estado de São Paulo girava em torno de 100 milhões de mw/h, equivalendo à produção de quatorze usinas termelétricas como essa que estava sendo licenciada; que a Usina Termelétrica Carioba II teria ciclo combinado de última geração e que a CPFL Geração, ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

escolher a Intergen e Shell como parceiras, buscou não apenas a melhor tecnologia, mas também se aliar a quem sabia fazer o melhor; que, no âmbito do processo de licenciamento, que vinha tramitando há um ano e meio, haviam sido realizados mais de quinhentos eventos, entre reuniões, palestras, debates, seminários e audiências públicas; que um dos resultados mais expressivos dessas reuniões foi a decisão tomada pelo consórcio empreendedor de alterar o sistema de resfriamento do ciclo a vapor, substituindo a água pelo ar, reduzindo significativamente o consumo hídrico da usina, ou seja, passando de 1069 m³/h para 32 m³/h, uma redução de 97% no consumo. Depois, a palavra foi dada à representante da Intergen, Goret Pereira Paulo, que teceu as seguintes considerações: que a Intergen era responsável, no momento, por mais de dezessete plantas, instaladas em diversos países, e que todas as sugestões construtivas e objetivas apresentadas nessa audiência seriam consideradas pelos empreendedores, igualmente como seriam aquelas oferecidas nas outras três audiências e durante as demais reuniões; que uma dessas sugestões foi a mudança no processo de resfriamento do projeto, que, com certeza, trará grandes melhorias ambientais para a região, além do fato de resultar da ampla discussão feita com a comunidade, o que representou um marco para o Estado de São Paulo e o Brasil. O representante da equipe técnica da empresa ERM, que elaborou o EIA/RIMA, Eugênio Singer, apresentou, grosso modo, as seguintes informações: que os estudos técnicos foram realizados por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de diferentes formações e com ampla experiência; que a falta de energia no país já fora prevista há mais de quinze anos, mas que a diminuição da capacidade do Governo Federal de investir em sua geração e distribuição acabou gerando o grande desafio que hoje se apresentava no cenário nacional, o qual era enfrentado pela Usina Termelétrica Carioba II, que, sem dúvida, concorrerá para o aumento da capacidade de geração nacional; que a alternativa locacional escolhida foi extremamente estudada e detalhada, considerando-se, entre outros aspectos, a proximidade da Usina Carioba I, a direção dos ventos e o fato de se localizar em uma área já urbanizada, o que significava a não-ocorrência de alteração do uso e ocupação do solo e a não-alteração do aspecto paisagístico; que a introdução do gás natural aumentaria a eficiência da usina em 80%, embora significasse uma alteração da matriz energética nacional; que a utilização desse combustível mais limpo concorreria para a utilização de 60% da potência a ser instalada, além de possibilitar a recuperação do vapor expelido pela turbina; que o resfriamento dos vapores se daria por meio de condensador e que a concentração de calor possibilitaria o aquecimento da água; que o processo inverso a esse era a circulação do vapor passando pelas placas e ventiladores e criando uma passagem do ar frio pelas tubulações, resfriando e condensando o vapor, recirculando-o em todo o processo e aumentando em apenas 2°C a temperatura do ar ambiente; que esse tipo de usina costumava ser implantado apenas em áreas com grande escassez de água, mas que, devido ao intenso e produtivo processo de discussão que envolveu grande parte da sociedade local, optou-se pela adoção desse sistema; que nenhuma alteração ocorreria na ilha de potência da usina, pois apenas seriam substituídas as torres úmidas por torres de condensamento a ar; que a capacitação do Rio Piracicaba seria aproximadamente de 120 m³/h, pois o retorno das águas para ele se daria em torno de 88 m³/h e as perdas no processo seriam por volta de 32 m³/h, correspondendo a apenas 0,05% da sua vazão, o que era muito pouco ao compará-las com aquelas que normalmente ocorriam numa cidade como Americana, entre 30 e 40%; que para obtenção dos dados constantes do EIA/RIMA haviam sido feitas simulações, comparando-se as duas alternativas, ou seja, o resfriamento por torre úmida e o resfriamento por condensador a ar; que os empreendedores se propunham a investir cerca de 80 mil reais por ano para combater as perdas de energia; que, aliada a essa iniciativa, sugeria fosse adotada medida para regulação do Reservatório de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Salto Grande, que, se por um lado, sofreria uma pequena redução, por outro, ocorreria um aumento em torno de 10% (1,2 m³/s) da sua vazão a jusante, melhorando sua qualidade por meio da diluição; que, em relação à qualidade do ar foi realizado, a partir do início de janeiro de 2000, um processo de monitoramento em três pontos, um localizado na área urbana, outro na área limite entre as regiões urbana e rural, e um outro na área rural; que se verificou a concentração de 50 ppm de óxido de nitrogênio no período de 1 hora, valor este seis vezes inferior àquele estabelecido pelos padrões exigidos pela legislação ambiental e que, mesmo com a entrada em funcionamento da usina, ela não alcançaria nem um terço dos padrões adotados nacionalmente para a qualidade do ar; que, com relação ao material particulado, haverá um ganho na qualidade, porque, com a remoção de 2,7% e a adição de 0,9%, ocorrerá uma redução de 1,6% da sua concentração, e que a maior concentração ocorreria na área rural, justamente pela falta de pavimentação das vias e pelas características de alguns produtos agrícolas, tornando necessária uma política específica; que, com relação aos óxidos de enxofre, considerando-se que o gás natural era praticamente isento de enxofre, haveria um ganho substancial uma vez que a substituição permitiria a remoção de 5,1% da sua concentração na atmosfera; que, com relação ao ozônio, também as condições eram favoráveis e a presença desse elemento num padrão inferior a 160 ppm faria com que esse elemento permanecesse abaixo dos padrões aceitáveis; que, com a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias previstas pelo projeto, a disponibilidade hídrica da região melhoraria, pois não ficaria comprometida a Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; que, com a desativação da Usina Carioba I e com a entrada em operação da Carioba II, ocorreria, portanto, uma melhora na qualidade do ar; que todos os benefícios advindos da maior disponibilidade de energia elétrica para a região contribuiriam para o desenvolvimento de toda a Região Metropolitana de Campinas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientais Cadastradas no Consema. O conselheiro Carlos Bocuhy teceu as seguintes considerações: que, como representante do Coletivo das Entidades Ambientais Cadastradas no Consema, tinha conhecimento da existência de uma liminar suspendendo essa audiência pública, informação esta amplamente divulgada pela imprensa regional, embora, independentemente da existência ou não dessa liminar, sua obrigação, como ambientalista, com o processo de licenciamento o obrigava a comparecer a essa audiência pública; que lhe causava espécie o fato de se ter tomado cuidados extremados com o objetivo de se aprimorar o processo de licenciamento ambiental, ouvindo-se a sociedade por meio de um sistema eficaz e eficiente, e que sua presença nessa reunião só reforçaria esse rito se fosse devidamente cumprido aquilo que ele possuía de mais avançado, ou seja, se sua realização obedecesse os princípios democráticos; que, infelizmente, o fato de o empreendedor ter apresentado em inglês trechos das complementações exigidas, sem traduzi-las, gerou um sério obstáculo ao princípio da informação, desvirtuando o objetivo da audiência; que a questão a ser destacada dizia respeito ao fato de a audiência ter sido ou não prejudicada pelas notícias veiculadas sobre a existência de uma liminar concedida na ação impetrada pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, o que o levava a questionar a validade de sua realização; que o processo de licenciamento da Usina Termelétrica Carioba II provocou uma série de distorções, desde a violência ocorrida na última audiência até a contra-informação veiculada sobre o impedimento da realização dessa audiência; que não era o tempo destinado a sua fala que lhe preocupava, e, sim, questões essenciais como o rito de licenciamento, o fato de as complementações solicitadas terem sido apresentadas em inglês e o fato de uma liminar ter sido concedida proibindo a realização desse procedimento; que, em decorrência desses problemas, retirava-se da audiência pública, deixando um alerta em relação a essas suas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

preocupações, pois, no mínimo, lhe pareciam bastante irregulares os aspectos sobre os quais chamara atenção. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou, colhendo a oportunidade do que fora afirmado pelo conselheiro Bocuhy, que, com relação à liminar que, concedida, cancelaria a realização da audiência, dela havia tomado conhecimento apenas pela imprensa, uma vez que não lhe chegou oficialmente às mãos nenhum documento determinando o seu cancelamento; o que lhe havia chegado às mãos, sim, fora a cópia de um despacho, assinado por um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que respondia a um agravo de instrumento, deferindo o recurso impetrado contra uma liminar anteriormente concedida, derrubando-a, e, assim, permitindo que a audiência fosse realizada, motivo pelo qual ela podia acontecer, e teria prosseguimento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. José Luiz Silveira, representante da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, depois de esclarecer que era credenciado como perito pela Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo e pesquisador do CNPQ, fez diversos comentários técnicos acerca das pesquisas realizadas sobre o projeto em discussão, que demonstravam as vantagens do processo de ciclo-combinação, do uso do gás natural, substituindo o do óleo diesel, a menor emissão de poluentes e a eficiência global da usina termelétrica, se comparada a outros tipos de geração. Nilza Tivolone, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Americana, afirmou que representava os setores comercial e industrial, que eram responsáveis pela geração de aproximadamente 60 mil empregos; que se declarava favorável ao empreendimento, pois, mesmo que ele provocasse alguns impactos, a energia elétrica que ele produziria era indispensável para o desenvolvimento de tecnologias, motivo pelo qual era tarefa de todos minimizá-los; que sua entidade ouviu diversos especialistas e chegara à conclusão de que os benefícios seriam maiores que os malefícios, pois a possível poluição do ar que ele provocaria estaria dentro dos limites aceitáveis, além do fato de a utilização de torres secas acabar com o problema que o funcionamento dessa termelétrica acarretaria, relativo à escassez de água; que a implantação desse projeto possibilitaria um grande aumento na arrecadação de ICMS para o Município de Americana; contudo, mesmo levando em conta todas essas vantagens, que a levavam a ser favorável ao projeto, estaria atenta para denunciar se sua implantação e funcionamento não obedecerem às regras estabelecidas. Mário Zocca, Diretor do Sindicato das Indústrias de Tecelagens de Americana e Região, fez as seguintes observações: que o sindicato do qual era porta-voz representava, de forma direta e indireta, cerca de 120 mil moradores da região e que seus sócios ficaram preocupados com as notícias negativas divulgadas acerca desse empreendimento, motivo que os levou a se reunirem constantemente com especialistas, com o objetivo de dirimir as dúvidas; que, com base nos subsídios que havia recolhido, constataram serem os impactos muito menores do que havia sido apregoado; que impedir a implantação desse empreendimento poderia trazer prejuízos irreparáveis para a região, razão pela qual se manifestava favorável a que ele ocorresse. José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Criadores e integrante do Conselho de Recursos Hídricos, ressaltou a importância do Plano Prioritário das Termelétricas proposto pelo Governo Federal, da necessidade de se gerar energia, e ao mesmo tempo de se preservar o meio ambiente, e de se descentralizar a discussão. Sebastião Henrique Junqueira de Andrade, representante da Sociedade de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Administrativa de Lins, manifestou seu apoio ao empreendimento e comentou que o Município de Lins também poderia ser uma ótima alternativa locacional para a instalação desse projeto, já que a região possuía excelente disponibilidade hídrica. Alcindo Antoniassi, representante da Faculdade de Engenharia Elétrica



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Albert Einstein de Limeira, fez as seguintes observações: que a potência instalada no Brasil atualmente girava em torno de 100 mil mw e que, se o Brasil crescesse entre 2% e 5% ao ano, tornava-se necessário, para suprir a demanda, um incremento de aproximadamente 3 mil mw por ano; que o gás natural se apresentava como a melhor solução em virtude do seu baixo custo, da ampla tecnologia disponível e de seu excelente poder calorífico, e que, por todas essas razões, manifestava-se favorável ao empreendimento. José Levy Pereira Montebelo, representante da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, observou que a tecnologia deveria sempre trabalhar para o bem-estar da população mundial, que os agro-negócios brasileiros representavam 30% do PIB, cujo desempenho, por trinta e oito anos consecutivos, fizeram desse setor econômico nacional aquele que apresentava maior *superavit* e que, dada sua importância, era necessário que ele contasse com maior segurança no fornecimento contínuo de energia elétrica, motivos estes pelos quais se manifestava favorável ao projeto. Manoel Sanmartim, representante da Associação Comercial e Industrial de Nova Odessa, teceu considerações sobre a importância da energia elétrica na região, que era grande geradora de mão-de-obra, declarando em seguida ser favorável à instalação da usina. Silvia Regina de Barros, representante do Projeto Tambor Menino, declarou ser favorável à implantação desse empreendimento e pediu ao empreendedor que envidasse esforços para a preservação do meio ambiente e para o incremento dos trabalhos sociais e comunitários. Cláudio Roberto Flores, representante do Diretório do Partido Verde do Município de Americana, teceu os seguintes comentários: que causara estranheza a muitos o fato de ele apoiar a implantação desse empreendimento, apesar de ser membro do Partido Verde, e a despeito dos impactos ambientais que ele poderia causar, mas que o motivo desse apoio era o fato de esse empreendimento ser essencial para a arrecadação de fundos necessários para a implantação de projetos prioritários para o desenvolvimento da região, além de gerar energia com a utilização de gás natural, que era um combustível limpo, e que, a despeito de esse empreendimento gerar impacto ambiental, este seria controlado; e, por último, que o diálogo era fundamental para o entendimento, como bem demonstrara a substituição das torres úmidas feita pelo empreendedor, e que, com certeza, ninguém investiria 600 milhões de dólares em um empreendimento que poderia ser embargado pelo descumprimento de norma qualquer. Janete Villa Nova, Presidente da Associação dos Motoristas Profissionais de Americana e Região, comentou que o principal empenho da entidade que representava era a popularização do projeto, uma vez que, por desconhecimento, muitas pessoas posicionaram-se contrárias a ele. Adenilson Gonçalves, representante da Associação de Moradores do Bairro Jardim Residencial Granja Machado de Limeira, comentou que era favorável ao projeto, uma vez que o racionamento de energia elétrica poderia durar por muito tempo. Fernando de Almeida Amado, representante da Associação dos ex-Funcionários da CPFL, manifestou-se favorável ao empreendimento, pelo fato de ele consumir apenas 8 l/s de água, diferentemente do projeto antigo, que consumia 400 l/s, e também pelo fato de os níveis de ruído e poluição atmosférica na região encontrarem-se num patamar aceitável. Osmar Perico, Presidente do Conselho de Mutuários da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU do Município de Americana, declarou-se favorável à implantação do projeto, principalmente em virtude da decisão do Prefeito do Município de apoiá-lo. Grace Kely de Araújo, representante do Movimento Desperta Brasil, declarou que representava a juventude da região e citou autoridades, como Prefeitos e Vice-Prefeitos da região, que eram favoráveis à implantação desse empreendimento. Raquel Rodrigues Gomes, representante da Associação Comunitária Rural “Vida Nova”, fez referências ao depoimento do Deputado Wanderlei Macris sobre o projeto e observou que lhe hipotecava seu apoio,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

principalmente pelo fato de ter sido resolvido o seu principal problema, que era a grande demanda de água, motivo por que não mais afetaria o consumo de água da região. Gumercindo Ferraz da Silva, representante da Sociedade Amigos de Bairro Parque da Liberdade, observou que a entidade que representava, depois de ter feito, desde o ano passado, uma série de levantamentos e discussões técnicas com especialistas, com o intuito de avaliar o empreendimento, resolveu hipotecar seu apoio ao projeto. Rubens Barbosa de Oliveira, representante da Associação Direito à Cidadania de Americana, declarou que era especializado em tecnologias de geração de energia alternativa e que seu principal objetivo era combater a disseminação de informações incorretas acerca desse empreendimento que haviam sido propagadas por pessoas que não detinham nenhum conhecimento técnico. Daniel Augustino Almeida, representante da Associação Civil Companhia de Santo Reis, manifestou seu apoio ao projeto, interpretando com seu grupo um “rap”. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. O Vereador do Município de Americana, Marco Antonio Alves Jorge Kim, fez as seguintes declarações: que, depois de longa reflexão, elaborara um documento sobre o empreendimento, assinado por ele e por mais cinco Vereadores, do qual passava a fazer a leitura: *“Americana sempre foi uma cidade progressista, seu povo trabalhador e participativo nunca fugiu da responsabilidade de liderar o desenvolvimento social e econômico da região e, até mesmo, do País. Sob a ameaça do racionamento uma cidade como Americana, pioneira na geração de energia elétrica, fator vital para seu desenvolvimento, não poderia ficar de braços cruzados sem assumir a tarefa que a comunidade esperava que seus representantes executassem. Não era por acaso que Americana foi escolhida para sediar a usina termelétrica com a tecnologia mais avançada do Planeta, que era a Unidade de Geração Elétrica Carioba II. O gás natural era o combustível fóssil mais limpo da Terra e que o ciclo combinado determinava sua maior eficiência. A Represa de Salto Grande era capaz de armazenar e liberar água suficiente para garantir o aumento da vazão do Rio Piracicaba. A Gruta da Inês e a represa serão recuperadas e a mata ciliar da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba será constantemente recomposta e preservada. Estas, entre outras condições, conferiam ao projeto as condições ambientais e tecnológicas capazes de abastecer toda a região da energia elétrica necessária à operação das empresas e à manutenção dos centros urbanos, permitindo a desativação de milhares de geradores poluentes, inclusive da atual usina Carioba I, que estavam garantindo a duras penas a sobrevivência das empresas e dos serviços essenciais da vida urbana de Americana. Sediando tal empreendimento, Americana deverá fortalecer sua posição estratégica na região, garantindo a energia limpa sem oscilação, tão procurada pelas empresas de tecnologia, que disputarão com certeza um lugar precioso. O expressivo impacto na receita tributária do Município, além dos investimentos assumidos pelos empreendedores com a Administração Municipal, fará de Americana uma cidade que poderá oferecer a seus moradores uma qualidade de vida cada dia melhor. A população estava cada dia mais consciente e não queria transferir a outro Município a tarefa que neste momento estava em suas mãos. Sua tradição combativa faria, com certeza, que seus governantes estabelecessem o efetivo controle de todas as medidas necessárias para a instalação e a operação dessa usina nos moldes recomendados, garantindo a preservação adequada do meio ambiente. A esmagadora maioria dos moradores de Americana clamava pela retomada do desenvolvimento econômico, capaz de elevar o índice de emprego e de investimento nos serviços públicos que beneficiavam a comunidade. Essa usina seria instalada em algum lugar, para suprir a crise energética atual, e se esperava que fosse instalada no Município de Americana, sob os olhos de seus moradores e ao alcance de suas ações. Não se poderia ficar calado no momento de importante decisão para o futuro da cidade. Era preciso repetir*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aquilo que se ouvia nos quatro cantos de Americana: `Americana quer trabalho, Americana quer progresso, Americana quer qualidade de vida, Americana quer energia, Americana quer Carioba II`". O Vereador do Município de Americana, Luciano Correia dos Santos, expôs os seguintes pontos de vista: que decidira posicionar-se favorável à implantação desse empreendimento após as oito reuniões realizadas na Câmara dos Vereadores; que confiava totalmente na análise que seria feita pelo Consema e que a aprovação desse empreendimento traria inúmeros benefícios. O Vereador do Município de Santa Bárbara do Oeste, Darci Simões Bueno, manifestou-se nos seguintes termos: que um grande número de moradores do Município de Santa Bárbara estava presente na reunião para oferecer seu apoio ao empreendimento, o qual valorizaria não só o Município de Americana, mas toda a região; que era demagógico posicionar-se contrário a um empreendimento que traria energia e emprego para a população da região de Americana, razão por que apoiava a sua implantação. O Vereador do Município de Americana, Antônio Carlos Sacilotto, teceu os seguintes comentários: que as discussões acerca de Usina Termelétrica Carioba II haviam-se estendido para toda a sociedade, o que fora muito importante para o esclarecimento de todos; que, inicialmente, esse projeto previa uma demanda de água equivalente a quase um quarto do consumo da cidade do Município, que se encontrava em uma região carente de recursos hídricos, mas que a proposta desse novo sistema de refrigeração tornava o empreendimento mais viável do ponto de vista ambiental, já que reduziria essa demanda; que, com relação às emissões na atmosfera, esse aspecto poderia ser analisado mais detalhadamente pelos técnicos especializados e monitorado pela sociedade; e que acreditava que o Consema autorizaria a instalação dessa termelétrica após um exame isento de paixão e se baseando em critérios operacionais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Fernando V. Pupo, Secretário Municipal de Planejamento, Controle e Meio Ambiente do Município de Americana fez os seguintes comentários: que falava também em nome do Prefeito do Município de Americana, em nome do qual saudava todos os presentes; que a audiência que ora se realizava deveria ter ocorrido no dia 7 de junho último, mas que, por motivos alheios aos interesses públicos, tinha sido adiada; que considerava a polêmica algo extremamente saudável quando se objetivava a busca de melhorias, e tinha sido essa a posição do Governo Municipal de Americana, que apoiava o projeto uma vez que ele traria benefícios econômicos e não causaria prejuízos à qualidade de vida; que todos tinham conhecimento da gravidade da crise energética nacional, cuja causa era a falta de investimentos por parte do Governo Federal; que o Prefeito já declarara que a população não poderia ser penalizada pelas falhas dos governantes; que, após longos estudos e reflexões, uma equipe formada por cientistas, técnicos e professores concluíra que a implantação da Usina Termelétrica Carioba II era positiva; e que, apesar dos interesses próprios, os empreendedores despenderam grande esforço para manter o projeto no Município de Americana, não obstante as dificuldades encontradas; que tinha certeza de que o Consema analisaria todos os documentos apresentados, os laudos e os subsídios oferecidos pelas audiências públicas e iria aprovar a instalação dessa usina; que o Prefeito do Município, Valdemar Tebaldi, sempre declarara ser fundamental o interesse público e demonstrou que o movimento contrário à instalação da Usina Termelétrica Carioba II não era motivado pela questão ambiental, mas, sim, pelos interesses de aproveitadores políticos, como demonstrou o depoimento feito por um morador da cidade de Lins, que manifestou a intenção desse movimento de prejudicar o Município de Americana e região, ao sugerir a transferência dessa usina para outro local; que a Administração Municipal faria todo o possível para implantar essa usina no Município de Americana e encaminharia à Mesa, logo que concluísse sua intervenção, o termo de compromisso e um documento que deveria ter sido protocolado naquela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiência que se realizaria no mês de junho, pretendendo que eles fizessem parte do processo de licenciamento. Passou-se à etapa das réplicas. O representante do empreendedor, Miguel Saad, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que lembrava ao conselheiro Carlos Bocuhy aquilo que havia acontecido por ocasião da audiência pública realizada na cidade de Piracicaba, quando, por uma manobra geral, os empreendedores tinham sido praticamente impedidos de falar e, não obstante, tinham ouvido pacientemente todas as críticas sem protestar ou se retirar do plenário; que, como afirmara o Secretário Executivo do Consema, a audiência pública era um embate democrático em cujo contexto deveria ter lugar as opiniões contrárias, e não apenas se ouvir o que se queria ouvir; que ficara satisfeito com a realização desta audiência, num ambiente democrático e ordeiro, evento este que deveria servir de lição para as audiências que vierem a ser realizadas. Eugênio Singer, representante da equipe consultora responsável pela elaboração do EIA/RIMA, teceu os seguintes comentários: que considerava não serem necessários muitos esclarecimentos, por se tratar da quarta audiência realizada sobre esse empreendimento e que a maioria das dúvidas já tinha sido dirimida; que, efetivamente, uma parte do relatório estava em inglês, mas que a mesma fora traduzida para o português no Anexo 4; que um outro trecho que estava somente em inglês dizia respeito apenas aos testes sobre o desempenho das turbinas, os quais, solicitados pela Cetesb, relacionavam-se exclusivamente ao desempenho de equipamentos similares aos que seriam utilizados por Carioba II, cujo funcionamento encontrava-se explicado e referenciado pelo relatório; e que, por estas razões, nenhuma parte do relatório se encontrava em inglês, a não ser alguns anexos e as legendas das tabelas. O Secretário Executivo do Consema, depois de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, esclareceu que aqueles que, eventualmente, tivessem ainda qualquer contribuição a oferecer e quisessem agregá-la ao processo teriam o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir da data da audiência, para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Estadual Ricardo Tripoli, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-ARP-MA-JDO